

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 3/2015

—Pelos 15 horas, do dia 13 de junho de 2015, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal, contando com as seguintes presenças: Jorge Manuel Martins de Jesus, João José Correia Valério, Isabel Maria Dias Martins, António da Rosa Marques, Carlos Manuel Godinho G. Arês, Helena Sofia Porfírio Domingos Tapadas, João da Silva Rufino, João Manuel Duarte Brites, José Manuel Praia Neves, Manuel Medeiros Morais Silva, Júlio Manuel E. Churro Catarino, Martina Marcelino de Jesus, Rui Manuel Fernandes Vieira e Paulo Jorge Serra dos Santos. -----

Registam-se as ausências dos deputados municipais Maria Hermínia da Conceição Louro, Paulo Manuel Alfaiate Pires, Fábio Miguel Florindo Gomes e Carlos Chambel Lopes, tendo requerido antecipadamente a sua substituição. -----

A deputada Maria Herminia Louro foi substituída por António José Estevinha e o deputado Paulo Pires por João Teodoro. -----

Os cidadãos convocados para substituir os deputados Fábio Gomes e Carlos Chambel Lopes não compareceram. -----

Não compareceu também o senhor Presidente da União das Freguesias de Gavião e Atalaia, tendo sido substituído pelo secretário da União das Freguesias, Luis José Casa Branca Martins. -----

Compareceu o Senhor Presidente da Câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiu o Senhor Vereador Paulo José Estrela Vitoriano de Matos. ----

--- Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos dois e três da Ordem de Trabalhos**. -----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Jorge Manuel Martins de Jesus, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. ----

De seguida, o senhor Presidente colocou a votação a ata da sessão anterior, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. -----

Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados municipais Júlio Catarino, António Estevinha, João Teodoro e Luís José Martins, por não terem estado presentes na sessão anterior. ---

Antes de iniciar a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia apresentou os assuntos que selecionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de abril e maio. Destacou, na ata da reunião realizada em 06/05/2015, a concessão da Pousada do Alamal, especificamente a aprovação do Relatório de Análise de Propostas. Tendo solicitado ao senhor Presidente da Câmara que prestasse mais esclarecimentos sobre o assunto. -----

Salientou ainda a intervenção, do senhor Presidente da Câmara, sobre a recuperação do "Passadiço do Alamal", informando que continuavam a ser estudadas as diferentes hipóteses de recuperação. Questionou o ponto de situação deste assunto, salientando que se trata de infraestrutura muito importante para o Turismo e a Economia Local e também como complemento ao PR1. -----

Dada a palavra aos deputados municipais, sem que se tenham registado intervenções, solicitou os esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara sobre as referidas questões. -----

O senhor Presidente da Câmara informou que decorreu o concurso para concessão da Pousada do Alamal. O júri excluiu quatro propostas, por falta de documentos exigidos. Nos termos do Caderno de Encargos foi escolhida uma proposta. Decorrido o período de audiência dos interessados, foi escolhido o concessionário. Neste momento decorrem obras de recuperação da Pousada, prevendo-se que iniciem a atividade em 15 de julho. -----

J. Mac / P.

Em relação ao "Passadiço do Alamal", é uma questão que o preocupa. Já há projeto e vontade de concretizar a obra. Mas a mesma assume o valor de 600 mil euros, ficando muito além das nossas possibilidades. Pretende candidatar a obra aos Fundos Comunitários. Caso não tenha comparticipação, serão realizadas recuperações pontuais e está a ser pensada uma alternativa que permita fazer o PR1, consistindo numa estrada de terra. -----

O senhor Presidente da Assembleia questionou a situação da referenciação hospitalar dos utentes do concelho de Gavião. -----

O senhor Presidente da Câmara começou por lembrar que este processo se arrastou por demasiado tempo, uma vez que já vinha do anterior mandato. Foi pedida audiência ao Ministro da Saúde, que transferiu o pedido para o Secretário de Estado da Saúde. Este mostrou-se sensível ao assunto na reunião ocorrida em maio. Prometeu que o assunto seria resolvido em quinze dias. E, não quinze, mas vinte dias depois o processo ficou concluído. A partir de 1 de junho, os utentes das freguesias de Belver, Margem e União das Freguesias de Gavião e Atalaia têm a oportunidade de serem atendidos no Hospital de Abrantes. Mantendo-se o encaminhamento dos utentes da Freguesia de Comenda para o Hospital de Portalegre, como sempre ocorreu. -----

O senhor Presidente da Câmara informou, ainda, que surgiu notícia no jornal "Correio da Manhã", acerca da obra na Ponte de Belver e foi prometida pela "Infraestruturas de Portugal" uma reunião em Gavião, ainda este mês. -----

Congratulou-se ainda com a colocação de redes para proteção da queda de pedras na estrada de Belver. -----

PONTO UM = Informação sobre a atividade do Município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

O senhor primeiro-secretário leu o Relatório de Atividades, entregue pelo senhor Presidente da Câmara. -----

Jun/15

De seguida, o senhor Presidente da Câmara apresentou o Resumo Diário de Tesouraria relativo ao dia 12 de junho de 2015, que apresenta um saldo de 1.049.422,52€ (Operações Orçamentais – 843.099,33€ e Operações de Tesouraria – 206.323,19€). -----

Afirmou que a situação financeira é estável e controlada. -----

PONTO DOIS = Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Prorrogação do Prazo para Conclusão de Procedimentos Concurrais, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 64.º da LOE para 2015; -----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o prazo legal para conclusão dos procedimentos concursais é de seis meses. Já foram realizadas todas as entrevistas e falta a publicação dos resultados finais. À exceção do concurso de electricista, que só teve um candidato, haverá decerto reclamações, por isso é necessário alargar o prazo. -----

Colocado o assunto a votação, a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade**, emitir autorização para prorrogar o prazo de conclusão dos procedimentos concursais para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para as categorias de Técnico Superior de Psicologia, Assistente Técnico e Assistente Operacional, abertos pelo Aviso n.º 13105/2014 de 25 de novembro com as referências A, C e D. -----

Não participaram na discussão e votação deste assunto o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Martins de Jesus, a Presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina Marcelino de Jesus e o Presidente da Junta de Freguesia de Margem, José Praia das Neves, tendo-se ausentado da sala, por estarem impedidos, nos termos do disposto no artigo 69º, do CPA e no nº6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

--- PONTO TRÊS = Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, da assunção de compromissos plurianuais; -----

-Aquisição de combustíveis para máquinas e veículos, ao abrigo do Acordo Quadro no âmbito da CIMAA. Preço Base para 2015 – 37.608,97€, 2016 – 218.599,40€, 2017 – 183.000,49€. Aprovado por unanimidade. ----

- Contratação de prestação de serviços de acessoria contabilística-fiscal, em regime de avença, por 36 meses. (Preço Base para 2015 – 5.172,38€, 2016 – 20.689,53€, 2017 – 20.689,53€, 2018 – 15.517,15€. Aprovado por unanimidade. -----

- Renovação do contrato de avença de consultadoria jurídica, a formalizar com A. R. Montalvo Sociedade de Advogados, RL. Preço Base para 2015 – 10.762,50€, 2016 – 15.067,50€. Aprovado por maioria, com 3 abstenções. -----

O senhor deputado municipal Carlos Arês, interveio, referindo que, concordando que há 20/30 anos atrás o Dr. António Montalvo, seria o único advogado desta região com conhecimentos em Direito Administrativo e era plenamente justificável a sua contratação; hoje já não é assim. Existem outras pessoas com conhecimento dessa matéria. O grupo municipal do PSD considera que a renovação desta avença não defende os interesses do Município de Gavião. Deveria procurar-se outros profissionais e questionar os preços que cobriam por este serviço. Compreende que a Câmara Municipal tenha confiança no Dr. Montalvo, mas as regras do interesse público mandam que fossem ouvidos outros interessados. -----

O senhor Presidente da Câmara lembrou que já anteriormente assumiu que há interesse em colocar no Quadro de Pessoal do Município, um técnico superior com formação jurídica e, neste momento, já está colocada uma Jurista, através de um estágio PEPAL. Salientou o excelente serviço prestado pelo Dr. Montalvo e a sua disponibilidade total para solucionar problemas do Município e também apoiar outras instituições do concelho. Reconhece que se poderia encontrar um serviço mais barato. Mas poderia não ter a qualidade que pretendemos. -----

O senhor Presidente da Assembleia também salientou a competência profissional e a disponibilidade do Dr. Montalvo em prol do concelho, sempre que tal lhe é solicitado. O valor da avença também não lhe parece

exagerado, quando comparado com outros profissionais. Esta parece-lhe uma proposta sensata, inteligente e economicamente vantajosa para o Município. -----

O deputado Carlos Arês esclareceu que não quis atacar a competência do Dr. Montalvo. Reconhece-lhe competência. Mas desconhecemos se há outros igualmente competentes. Questionou ainda quando começou a jurista o seu estágio e qual a sua área de formação. -----

O senhor Presidente da Câmara informou que a Jurista, Dr.^a Marta Silva, iniciou o estágio no dia 1 de junho e a sua área de formação é Direito Penal, por isso ainda temos de ter alguma precaução, embora estejamos satisfeitos com o seu desempenho até ao momento. -----

--- PONTO TRÊS = Diversos. -----

O senhor deputado municipal Carlos Arês interveio, acerca da situação financeira do Município, questionando se, apesar da estabilidade financeira que as Contas do Município deixam transparecer e da Lei dos Compromissos estar a ser cumprida, ao longo dos últimos meses, o senhor Presidente da Câmara teria condições para adjudicar os projetos aqui aprovados (Vale Salgueiro, Piscina Municipal e Rua 23 de Novembro), cumprindo a Lei dos Compromissos, ou se houve algum dia em que não o pudesse ter feito. Lembrou que o Passadiço do Alamal, que foi uma obra participada, precisa de manutenção. O Turismo é um setor estratégico para o Município. Tal como os Percursos Pedestres são equipamentos muito importantes. Questionou se temos ou não capacidade para manter estas estruturas. E se isso, em termos financeiros não nos obriga a pensar melhor outros investimentos, como é o caso da Piscina Municipal. Levando em consideração que tudo aponta que os Fundos Comunitários não irão financiar estes equipamentos, perguntou se mantém o propósito de realizar essa obra até ao fim do mandato e se está disposto a contrair empréstimo para esse efeito. Questionou ainda se "acha que terá o apoio dos membros do Partido Socialista nesse propósito". -----

O senhor Presidente da Assembleia afirmou que, reconhecendo a inteligência e capacidade argumentativa de todos os membros deste

órgão, não devemos anteciper cenários, numa atitude especulativa e demagógica. Nem tem legitimidade para colocar em causa a possível solidariedade dos outros membros da Assembleia para com a Câmara Municipal, só o compreendendo numa intervenção com forte carga de demagogia política. -----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que os projetos que o deputado Carlos Arês referiu têm de ser priorizados. Temos sido sensatos e agido com moderação. Também temos capacidade para manter as estruturas existentes, mas tentamos fazê-lo com menos custos. O Passadiço será recuperado, tal como referiu anteriormente. O deputado Carlos Arês voltou a questionar a construção da Piscina, mas lembra-o que essa medida fazia parte do Projeto Eleitoral que foi sufragado e venceu as eleições. Aguardaremos, até à última hipótese, pelo financiamento dos Fundos Comunitários. A título de exemplo, lembrou que já houve programa de financiamento para Relvados Sintéticos, para os municípios que não tinham e o Município de Gavião beneficiou desse apoio. Salientou que tem havido preocupação com a manutenção de todos os edifícios e equipamentos municipais. Sublinhou também a recuperação do edifício da Casa do Povo de Gavião. Afirmou que "estaremos sempre disponíveis para dar às pessoas aquilo que mais anseiam. Queremos que os que cá estão, tenham as mesmas oportunidades dos concelhos vizinhos. É por isso que as pessoas nos elegeram e que continuamos a trabalhar". -----

Referiu ainda que os projetos da Rua 23 de Novembro e da Piscina Municipal já foram adjudicados, mas o projeto do Vale Salgueiro ainda não foi. -----

Considerou ofensiva a alusão ao grupo municipal do PS e salientou que este sempre foi solidário com o executivo municipal. -----

O deputado Carlos Arês lembrou que a Lei dos Compromissos obriga a Câmara Municipal a ter Fundos Disponíveis e esclareceu que pretendeu questionar se em todos os momentos a Câmara Municipal poderia ter adjudicado os projetos, ou se face à referida Lei dos Compromissos, em algum momento, não o poderia ter feito. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal salientou que os constrangimentos para os municípios foram aprovados pelo atual Governo e são um atentado contra a Autonomia do Poder Local. Tratando todos de igual forma, independentemente da sua situação financeira, o que não valoriza o mérito da gestão autárquica que felizmente se constata em muitos municípios. -----

O senhor Presidente da Câmara referiu que o deputado Carlos Arês fala do que não sabe. Os Fundos Disponíveis não têm nada a ver com a Lei dos Compromissos. Ao dia 1 ou 2 de cada mês não poderia adjudicar os projetos, porque não teria Fundos Disponíveis, mas em todos os meses teve condições para o fazer. Jamais atingimos o gasto de todos os Fundos Disponíveis para determinado mês. Obviamente está sempre dependente da informação dos serviços financeiros. -----

Afirmou que estas questões parecem-lhe encomendadas e sabe de onde vieram. Reconhece-lhe inteligência e não deveria colocar questões sobre assuntos que não domina. -----

O senhor Presidente da Assembleia sublinhou que importa reter que há uma atitude de priorização dos investimentos e de tentar captar possibilidades de financiamento dos Fundos Comunitários. -----

O senhor deputado Carlos Arês pediu para intervir, em defesa da honra, afirmando que quando faz intervenções fá-lo de forma objetiva. Também nunca questiona se as intervenções dos outros membros são inteligentes ou se foram encomendadas. Já percebeu que, em alguns dias, não haveria Fundos Disponíveis. O senhor Presidente deve responder objetivamente às questões que lhe são colocadas, pelos deputados municipais. Considera que a questão sobre a solidariedade do grupo municipal do PS não é ofensiva. Salientou que o grupo do PSD tem sido consciencioso, porque considera que isso é importante para o futuro do Município. Aceita que o Presidente da Assembleia não concorde com os constrangimentos financeiros impostos aos municípios em boa situação financeira. Mas considera que ao fim de 2 anos de mandato, a situação financeira do Município de Gavião está a ficar menos desafogada. Não pretende ofender

ninguém, mas apenas pôr a Assembleia a pensar se devemos pôr um travão em certo tipo de investimentos e assegurar a boa gestão financeira no futuro. -----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que tudo o que o deputado Carlos Arês disse é pura demagogia, não tem questões objetivas, porque não conhece os Fundos Disponíveis da autarquia. Todas as perguntas que fez tentam colocar pedras na engrenagem, porque propostas construtivas, até agora, não fez nenhuma. Não lhe admite lições de gestão autárquica. ----

A senhora deputada municipal Helena Tapadas questionou, se "o senhor Presidente não está aqui para responder às perguntas dos deputados, então está para quê". -----

O senhor Presidente da Assembleia salientou que o senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que está na Assembleia para responder às questões que lhe fazem. Mas não admite que lhe coloquem questões com objetivos disfarçados. Admitiu que em alguns dias do mês não poderia adjudicar os projetos. Mas em todos os meses o poderia ter feito. À semelhança do que acontece em todos os municípios do país. --

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, segunda secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal


(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)

A segunda-secretária


(Isabel Maria Dias Martins)